

**Mobilidade da população e transferência de lotes no PA Veneza:  
um confronto entre informações oficiais e dados de pesquisa<sup>1</sup>**  
*Population mobility and land transfer in the Veneza settlement project:  
a comparison between official information and research data*

*Jean Hébette<sup>2</sup>*

**Resumo:** Resultados de uma pesquisa realizada em 2001-2002 sobre balanço das políticas de reforma agrária no estado do Pará (norte do Brasil) aponta notáveis diferenças entre o retrato fornecido pelas fontes oficiais e o retrato feito na ocasião do trabalho de campo. Neste texto, o autor apresenta e discute a mobilidade atual e passada das famílias assentadas no Projeto Veneza de Assentamento (PA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), situado no sudeste do estado do Pará. As informações referem-se ao período de 1983 a 2002, que abrange os anos de formação e consolidação deste assentamento, ainda não emancipado.

**Palavras-chave:** Reforma agrária. Projeto de assentamento. Mobilidade de assentados. Confiabilidade de estatísticas.

**Abstract:** Data from a study undertaken in 2001 and 2002 about agrarian reform policy in Pará State (northern Brazil) point to remarkable differences between the picture obtained from official sources and the live portrait that arise from field research evidences. In this text, the author presents and discusses the present and past mobility of those people who have been settled in INCRA's Veneza settlement - located in the southeast of the state of Pará. The data refers to the period between 1983 and 2002, covering the formation and evolution of that settlement, which has not been yet emancipated.

**Key words:** Agrarian reform. Settlement project. Mobility. Statistics reliability.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com uma equipe formada pelos pesquisadores Jean Hébette, Sônia Barbosa Magalhães e Edma Silva Moreira. Participaram também da pesquisa a auxiliar de pesquisa Rosiete Marcos Santana e os bolsistas de Iniciação Científica Adriano Soares Costa, Luiz Alberto Trindade Braga e Maria Conceição Rosa, além de um professor e de alguns alunos da Escola Família Agrícola-EFA de Marabá.

<sup>2</sup> UFPA - Universidade Federal do Pará. Professor Emérito (jean@ufpa.br).



## INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar a mobilidade dos que chamamos *possuintes de lotes* no Projeto de Assentamento (PA) da Reforma Agrária Veneza, localizado nos municípios de São João e de São Domingos do Araguaia, no sudeste do Pará.

A escolha do termo inusitado de *possuinte* visa a evitar outros termos mais correntes quando se trata de relações fundiárias, tais como os de proprietário, dono, posseiro, ocupante, titular ou até de assentado ou beneficiário – termos inadequados e ambíguos no caso em exame, como poder-se-á verificar no decorrer da leitura. Como termo genérico, pode-se aplicar a qualquer um dos estatutos, de fato ou de direito, designados pelos outros termos acima referidos; somente o contexto poderá ou não identificá-lo com maior precisão, mesmo porque é a dubiedade do estatuto, precisamente, que constitui o problema central da problemática fundiária aqui analisada.

A pesquisa foi realizada de maio de 2001 a agosto de 2002 por encomenda do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O responsável pela pesquisa foi beneficiado com uma bolsa do Instituto Interamericano de Ciências Agrárias (IICA). Tratava-se de realizar um balanço das políticas de desenvolvimento rural ao longo do período de 1995 a 2000, isto é, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Este balanço incluiu, no Pará, estudos de caso em três assentamentos, os de Rainha e de Veneza, no sudeste do Pará, e o de João Batista, no Nordeste Paraense.

O interesse particular pelo estudo do PA Veneza partia da curiosidade que perseguia o autor, como pesquisador das questões de colonização e reforma agrária: sem que os fatos pudessem ser comprovados por um estudo rigoroso, comentavam-se freqüentemente, nos jornais e revistas, a grande desistência dos assentados da reforma agrária, a venda de lotes recebidos, seguida de obtenção de

lote em outro assentamento, a ocupação e concentração de vários lotes em mãos de uma só família, ou seja, uma forma de indústria de compra e venda de lotes. Ora, o autor dispunha de uma série temporal de informações sobre o PA Veneza e PAs vizinhos por tê-los conhecidos e visitados em várias ocasiões desde seu início (HÉBETTE; NAVEGANTES, 2000), por ter acompanhado pesquisas naquele local e ter sido convidado para avaliar os resultados do I Censo da Reforma Agrária de 1996 no Pará (ABELÉM; HÉBETTE, 1998).

Somando os dias de trabalho dos diversos participantes, a pesquisa Veneza envolveu um total expressivo de cinquenta dias de estada de diversos membros da equipe no PA para trabalho de campo e implicou a visita a todos os lotes habitados, assim como entrevistas com os moradores em geral e com lideranças em particular, no sentido de obter informações complementares, notadamente sobre os *possuintes* de lotes que não moravam nestes lotes; desta maneira, poder-se-ia realizar a cobertura da totalidade dos lotes. O primeiro presidente eleito do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São João do Araguaia e líder dos posseiros durante quase vinte anos, o Sr Almir Ferreira Barros participou da parte final do trabalho para ajudar a conferir e completar os dados recolhidos.

## APRESENTAÇÃO DO PA VENEZA

O PA Veneza é formado por cinco antigos castanhais aforados pelo Governo do Pará a grandes famílias de comerciantes de castanha. Como outros castanhais vizinhos, foi ocupado por migrantes sem-terra nordestinos a partir dos primeiros anos da década de 1980. Diferente de outros castanhais, a ocupação não provocou maiores conflitos; um dos fiscais do castanhal aderiu, inclusive, aos posseiros e acabou tirando um lote. Diante da expansão das ocupações em toda a região, entretanto, os exploradores da castanha organizaram-se para recuperar a enorme área de castanhais que denominaram *Polígono dos*

*castanhais*. Foi somente em 1988 que o governo do Pará fechou com aqueles comerciantes a compra dos castanhais e o reconhecimento das ocupações com vista a um assentamento de caráter legal. O PA e seus 253 lotes terminaram de ser devidamente medidos e demarcados pelo INCRA em 1992, quase dez anos após as primeiras ocupações e os ocupantes já não eram os mesmos.

## A BASE DE DADOS E OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Para estudar a evolução do povoamento do PA e a mobilidade de seus *possuintes*, a equipe teve a oportunidade de juntar e utilizar um conjunto de documentos, acrescentando-lhes, como peça metodologicamente indispensável, um levantamento feito em campo. Estes procedimentos permitiram à equipe de pesquisa acompanhar a evolução da apropriação da terra e de seu povoamento, de 1982 - 1984 até abril 2002. São instrumentos utilizados:

- anotações pessoais esparsas feitas pelo autor ao longo de muitos anos, graças a um contato regular com moradores das áreas ocupadas no sudeste do Pará;
- o mapa do PA estabelecido na ocasião da demarcação inicial dos lotes pelo INCRA, em meados de 1992, cedido à equipe pela Superintendência desse Instituto em Marabá com a relação nominal dos assentados na época;
- um levantamento feito no castanhal, consulta realizada em março de 1991, pela equipe de pesquisa social do Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT), sob a direção do sociólogo Edmilson Souza (SOUZA, 1991);
- os dados do I Censo do INCRA de 1996, executado pelas universidades sob a responsabilidade do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e aplicado na região no início de 1997 (SCHMIDT; MARINHO; ROSA, 1998);
- a relação atualizada de Beneficiários da Reforma Agrária do PA realizada pelo INCRA em janeiro de 2001;

- uma relação provisória de novos Beneficiários indicados pelo INCRA para receber o Título Definitivo (TD) da terra;

- as informações colhidas durante cinco idas ao campo da equipe de pesquisa, em junho, setembro, novembro e dezembro de 2001 e em abril de 2002.

Para fins de clareza, não é inútil ressaltar que se trata de fontes, não só de origens diversas, mas, sobretudo, de natureza e qualidade bem diferentes. São documentos administrativos com sua especificidade e sua metodologia próprias, como relações de assentados do INCRA; coleta ocasional de declarações de natureza censitária, mas desprovidas de maior preparo metodológico, como é o caso do I Censo, decidido, mas não executado pelo INCRA; e de resultados de pesquisa prolongada no campo, criteriosamente analisados.

## UMA QUESTÃO DE LÉXICO

Neste estudo, foram atribuídas às famílias e aos indivíduos registrados pela pesquisa várias denominações, conforme seus diversos estatutos no PA. O nome de *beneficiário* é reservado pelo INCRA a um único indivíduo do lote, independente de gênero, natureza da união entre cônjuges e posição na família, sendo, para o INCRA, o titular legítimo do lote e consta da Relação oficial de Beneficiários (RB). *Privilegia-se aqui o nome de assentados* a todos (beneficiário e membros de sua família, por exemplo) que são reconhecidos como tais pelo INCRA, embora, na prática, nem sempre sejam moradores efetivos do PA. *Detentor* ou *possuinte de terra* designam, para fins deste estudo, quem se considera e é considerado no PA com poder efetivo sobre a terra, independentemente de seu estatuto nos registros do INCRA. As denominações como *posseiro*, *ocupante*, *morador* são, neste texto, utilizadas indiferentemente para se referir de maneira geral aos que se encontram no PA. O estatuto desse exclui para todos acima mencionados o direito de propriedade; esta pertence à União até a emancipação do PA.

O I Censo recenseou nominalmente os beneficiários e, se fosse o caso, o seu *cônjuge*, homem ou mulher, com algumas informações, tais como documento oficial de identidade e CPF, naturalidade, situação no PA na opinião do recenseado. Para efeito desta pesquisa, o conhecimento desse cônjuge tira sua importância do fato de o nome dele aparecer, às vezes, em substituição ao nome do beneficiário (como foi verificado no Censo), podendo, dessa maneira, ser considerado erroneamente como legítimo possuidor do lote.

O termo *lote* foi mantido para se referir ao pedaço de terra delimitado em 1992; usou-se o termo *terra* ou *parcela* para designar partes de chão não correspondentes à delimitação inicial.

## OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, foram comparadas entre si três relações nominais (duas oficiais do INCRA, de 1992 e 2001 e uma do I Censo do INCRA, de 1996) de reais ou supostos beneficiários de lotes, confrontando-as com o levantamento feito em campo pela equipe de pesquisa em 2001-2002. Supondo-os, por hipótese, *legitimados* como beneficiários do INCRA com apoio naqueles documentos, a pesquisa procurou verificar as entradas e saídas desses assim *legitimados* e de seus substitutos em períodos posteriores.

Da coleta e conferência das informações assim obtidas e datadas – informações obviamente parciais, em razão do vazio de dados para os *intervalos temporais* de alguns anos que separam um dos outros os documentos (meados de 1992 a final de 1996, início de 1997 a início de 2001, e início de 2001 a abril de 2002) – resultou uma relação de mais de 500 indivíduos ou famílias para o conjunto dos 244 lotes atribuídos no PA Veneza. São informações bastante sugestivas em termos do movimento e da mobilidade da população do PA, pois esse número representa o dobro dos lotes agrícolas demarcados e efetivamente atribuídos inicialmente às famílias pelo INCRA em 1992.

Levando em conta a movimentação nos períodos intercalares entre os documentos, trata-se de uma média fortemente conservadora de dois *possuintes* sucessivos por lote.

Este trabalho exigiu extensivos cruzamentos entre as informações, como a *reconstituição* da situação de casais que, na ocasião dos mais variados depoimentos, usaram, alternativa e estrategicamente, o nome uma vez de um, outra vez do outro dos cônjuges como sendo o beneficiário para esconder a existência ilegal de dois lotes no seu poder ou para esconder sua identidade de beneficiário já inscrito em outro PA.

Mesmo sabendo que Veneza representa apenas um entre mais de quatrocentos PAs do Pará, sem particular representatividade e sem possibilidade de generalização, este esforço pareceu válido para apenas autorizar alguns questionamentos sobre confiabilidade das informações que circulam sobre a questão e a margem de desconfiança metodológica conveniente para usá-las. Deve-se acrescentar que os dados recolhidos nos dois outros PAs recomendam a mesma cautela. Toda a documentação encontra-se em arquivos da pesquisa.

Concomitantemente a este trabalho, foi feito um intenso trabalho de campo. A equipe de pesquisa percorreu todo o PA, passando de casa em casa para solicitar dos moradores presentes algumas informações básicas de interesse da pesquisa, como nome do indivíduo ou do casal que se considerava possuinte do lote, idade de cada um, época de chegada ao PA, posição numérica da entrada no PA na seqüência das paradas ao longo da trajetória do assentado no estado do Pará, presença de parentes no PA, número de identificação do lote, além de informações sobre as atividades agropecuárias e os créditos recebidos. Do contato com os moradores foram obtidas informações sobre o possuinte dos lotes sem morador e observações pessoais de pesquisadores e auxiliares foram trocadas e testadas por meio de confrontações.

Para completar e testar as informações, recorreu-se a alguns trabalhos científicos, publicados ou não,

que analisam, de alguma maneira, o PA Veneza ou algum de seus componentes (os 5 ex-castanhais) em determinados momentos anteriores, assim como relatórios do Projeto Lumiar relativos ao PA.

A constatação mais óbvia deste confronto de fontes refere-se à diversidade de percepções de uma mesma realidade concreta – a população de um PA – por parte de diversos observadores *in loco*: posseiros, funcionários do INCRA, recenseadores, organizações camponesas, pesquisadores de campo ou autoridades oficiais e mídias (retrato público e retrato privado). Mesmo que não houvesse, nessa observação, nada de novo para os estudiosos do campo, ela teria sua relevância em termos práticos de planejamento, de processo de decisão política, de fundamentação do discurso, seja ele acadêmico, operacional, político. Percepções tão contrastantes não deixam, na verdade, de criar certa perplexidade.

## EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO DO PA VENEZA E DO REGISTRO DOS ASSENTADOS

### A OCUPAÇÃO INICIAL

No início dos anos 1970, o INCRA implantou uma estreita faixa de colonização oficial na beira do rio Araguaia no trecho inicial da rodovia Transamazônica, no território paraense; entretanto, não recebeu muita atenção por parte do Instituto e não prosperou.

No início da década de 80 (1982-1984) trabalhadores rurais sem terra, a maioria com algum tempo de residência num dos dois municípios, penetraram nos castanhais que hoje formam os PAs Paulo Fonteles e Veneza, com intuito de ali implantarem suas roças. As ocupações das terras que formam o atual PA Paulo Fonteles – a primeira no castanhal Cuxiú – foram realizadas ao preço de muitas lutas, de violências policiais, de prisões (HÉBETTE, 2000, p. 27-36), o que não ocorreu com a mesma intensidade no caso dos castanhais incluídos no PA Veneza.

Como PA, Veneza resultou, em 1988, de ocupações sucessivas, nos anos 1982-1984, dos castanhais Veneza, Consulta, Santo Antônio I e Santo Antônio II e Cotovelo. Uma parte dos primeiros ocupantes penetrou no castanhal Santo Antônio, ao norte, a partir da rodovia Transamazônica, bem próxima; outra parte entrou pelo sul, vindo a partir do castanhal Cuxiú, já ocupado; assim, entraram e fizeram *aberturas* na mata. Juntaram-se a eles posteriormente alguns castanheiros ali residentes desde os anos 1970. Repartiram entre si este espaço, aparentemente com referência a um duplo módulo fundiário usado pelo INCRA, que, de 100 ha no início da colonização oficial naquela área, passou para 50 ha.

O levantamento feito no início de 1991 (SOUZA, 1991), portanto, anterior à demarcação feita em 1992 pelo INCRA, traz uma relação de 62 ocupantes de um dos castanhais, o Consulta, datada de 1982 a 1984. Segundo a prática dos lavradores, a área de seus lotes é especificada em alqueires que, no caso, variavam de 2 a 30 (10 a 150 ha aproximadamente), conforme Tabela 1.

Tabela 1. Áreas dos lotes dos primeiros ocupantes do Castanhal Consulta, 1991.

Grupos de áreas (alqueires)	Número de ocupantes
menos de 10	21
10 a < 20	37
20 a < 30	2
30	1
Sem informação	1
Total	62

Fonte: Souza, 1991.

Localizando estes ocupantes no mapa posteriormente elaborado pelo INCRA e supondo que estes posseiros ainda estivessem no lote mencionado em documentos posteriores, é interessante notar que estes ocupantes dos primeiros anos escolheram áreas bem irrigadas para se instalar, na beira de igarapés – como, o Gameleira e o Gameleirinha, que são os maiores – onde ficaram, depois da demarcação, alguns dos maiores lotes.



Ao receberem do INCRA seu lote, em 1992, metade desses 62 ocupantes tiveram confirmação de sua posse. Uma dezena deles ainda está no PA em 2002. No momento da primeira ocupação já notava-se o germe de um espírito empresarial de alguns deles, como de um possesiro que, em 1991, tinha ampliando seu lote de 17 para 20 alqueires, conseguindo do INCRA manter um total de 89 ha (18 alqueires) em 1992, e detendo, em 2002, 615 ha (143 alqueires).

Freqüentemente, os posseiros acolhiam no seu lote, por períodos indefinidos, parentes ou conterrâneos desprovidos de terra; às vezes, esta hospitalidade resultava, prática ou formalmente, em divisão dos lotes iniciais em lotes menores, explicando em parte as notáveis desigualdades de área dos lotes oficializados em 1992.

Um outro estudo do CAT, realizado pelo Laboratório Sócio-agronômico do Araguaia-Tocantins (Lasat) (GONÇALVES *et al.*, 1991), menciona a presença, no ex-castanhal Consulta, de 135 famílias das quais foi extraída uma ampla amostra de 50 delas para fins de comparação das respectivas performances deste assentamento e de mais dois outros da região de Marabá: Pau Seco, no município de Marabá, criado como PA em outubro de 1988, após conflitos muito violentos (HÉBETTE, 1991), e Tauri/Floresta, no município de Itupiranga. No conjunto dos três assentamentos analisados pelo Lasat, 89% das famílias eram de origem camponesa (trabalhadores vendedores de sua força de trabalho, agregados, meeiros, arrendatários, posseiros). Apenas 9 dos 137 informantes deste item de pesquisa já tinham sido proprietários, enquanto a maioria dos outros 128 tinha esperado bastante tempo para obterem, pela primeira vez, sua terra (Tabela 2).

Apenas 21 das famílias do ex-castanhal Consulta – os *fundadores* – tinham mais de 5 anos de moradia (Tabela 3). Seis anos depois da primeira ocupação do Consulta, 20 lotes da amostra (40%) já tinham sido vendidos uma vez, 8 (16%) deles duas vezes e 2 (4%) mais de duas vezes. Estes diversos dados já

demonstram, por si, uma mobilidade expressiva da população. Segundo os autores, esta situação não seria particular ao Consulta.

Tabela 2. Tempo de espera por terra própria no Pará-PAs Veneza. Pau Seco. Tauri. 1991.

Tempo de espera	%
Até 10 anos	46
11 a 20 anos	29
21 a 30 anos	16
Mais de 30 anos	9
Total	100

Fonte: Gonçalves. 1991.

Tabela 3. Permanência dos primeiros ocupantes. Ex-Castanhal Consulta. 1991.

Anos de permanência	Ocupantes	
	nº Abs.	%
1-2	14	28
3-5	15	30
6-10	21	42
Total	50	100

Fonte: Gonçalves. 1991.

## A SITUAÇÃO EM 1992

Criado como PA pelo INCRA, em 1988, 4 a 5 anos, portanto, após a ocupação, o PA Veneza teve seu mapa fundiário definido somente em meados de 1992. No Pará, constitui-se uma das primeiras medições em relação às quais o INCRA perdeu a iniciativa de definir os critérios de distribuição, sendo obrigado a respeitar os limites acordados entre os posseiros e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município. Nem por isso, como já foi dito, a distribuição dos lotes foi igualitária. O mapa apresentado pelos agrimensores era acompanhado da relação dos ocupantes, com o número e o tamanho de seus respectivos lotes, variando de 6 a 105 ha. O mapa oficial foi preservado até hoje, como foi possível verificar comparando os mapas.

O mapa comporta 253 lotes – cinco dos quais reservados para a implantação de vilas ou de centros

comunitários e três outros sem menção de destinatários; comporta, portanto, 245 lotes atribuídos. Já na época, encontravam-se moradores com mais de um lote, de tal modo que, na relação anexada ao mapa, constam os nomes de apenas 239 beneficiários para o conjunto dos 253 lotes demarcados.

Aparentemente, alguns lotes (os menores, de 6 a 10 ha) correspondem a interstícios desocupados entre dois ou três lotes e cedidos, possivelmente, a novos *chegantes*, ou resultantes de divisão de lote entre parentes e amigos; os maiores lotes, como já mencionado, refletem a competição pela apropriação de terras melhores, maiores ou mais bem situadas (como na beira de um ou mesmo de dois igarapés) e a concessão de privilégios de primeiro ocupante ou de liderança, fenômeno corriqueiro. O espírito comunitário pregado pelas lideranças nem sempre resistia às tendências espontâneas entre os companheiros de luta.

## O I CENSO DE 1997

O I Censo do INCRA registrou 263 efetivos ou supostos beneficiários, além das seguintes informações: data de nascimento e de chegada ao lote do beneficiário – homem ou mulher – e de seu eventual cônjuge, assim como a naturalidade e, às vezes, apenas a referência da documentação oficial (Registro Geral da População/R.G.ou Cadastro de Pessoas Físicas/CPF). Não houve anotação da localização e do número do lote. A comparação do Censo com as outras relações mostra que nem sempre era o mesmo dos dois cônjuges que se assumia como o beneficiário oficial do projeto.

Fazem parte dos recenseados os nomes de 97 pessoas que não integravam a relação de 1992 e que não constaram, também, da relação do INCRA de 2001, nem da lista das famílias identificadas pela equipe em final de 2001. Trata-se, possivelmente, de pessoas que entraram após

1992 e saíram antes de 2001, ou de simples testas-de-ferro que compareceram ao censo para representar ficticiamente alguns detentores de vários lotes.

Cotejando, nome por nome, a relação de 1992 e as informações do Censo de 1997, foi possível identificar, entre os recenseados, o registro de 110 (46%) das famílias mencionadas na lista de 1992. Supondo-se que o censo tenha registrado a população real do PA – quer dizer, os reais beneficiários de lotes – isto significaria, também, que 54% destas famílias de 1992 tivessem saído do Veneza no intervalo entre meados de 1992 e início de 1997. 88 deles foram identificados nominalmente; os nomes de 24 outros, ausentes na lista, entretanto, reaparecerão na Relação de Beneficiários de 2001, com 19 destes sendo identificados na ocasião do trabalho de campo. Por outro lado, constatou-se a ausência, na lista dos recenseados, dos nomes de 41 famílias ou indivíduos constantes da relação de 1992, embora venham a reaparecer, mais tarde, na RB do INCRA de janeiro de 2001, portanto, houve, obviamente, alguma desinformação.

Segundo declarações das famílias recenseadas, nada menos de que 170 (80%) tinham entrado no PA entre meados de 1988 – época da criação do PA e início de 1997, ou seja, em 9 anos, entre os quais 70 delas (33%) já tinham saído dele antes do fim de 2001.

## NO INÍCIO DE 2001

Em janeiro de 2001, o INCRA, realizando um recadastramento dos ocupantes, apresentava uma nova configuração da população. A Relação de Beneficiários incluía, desta vez, 270 beneficiários, classificando 45 deles por meio de um dos termos *evadido*, *desistente*, *eliminado*, *falecido*, além de um anônimo, atualizando, portanto, em 224 o número de beneficiários legítimos na época.



## EM FINAL DE 2001 E INÍCIO DE 2002, A COLETA DE INFORMAÇÕES NO CAMPO

Andando em meio a muitos pastos, a equipe só encontrou 131 casas ocupadas e abertas, obtendo respostas ao questionário. Obteve também, de pessoas consideradas confiáveis pelos pesquisadores, nome e localização do lote de mais 68 outros possuintes de terra, somando 199. Graças ao contato individual com os moradores, os resultados da pesquisa de campo revelavam uma situação diferente das relações anteriores, que foi considerada mais condizente com a realidade; tais resultados são apresentados a seguir.

## MOBILIDADE DOS MORADORES E REARRANJO FUNDIÁRIO

Pergunta-se como 253 lotes do mapa oficial de 1992 com seus 239 beneficiários resultaram, em 2002, em 283 terras com 199 possuintes, isto é, num aumento do número de terras e numa diminuição de possuintes de terra, enquanto a administração do INCRA trabalhava, em 2001, com 253 lotes e 224 assentados efetivos. Qual o segredo desta mágica?

## O REMANEJAMENTO FUNDIÁRIO

A arquitetura fundiária do PA modificou-se profundamente. Houve, ao longo de 10 anos, um forte remanejamento feito espontaneamente (ou clandestinamente?) pelos detentores de terra; este prosseguiu, inclusive, no intervalo de janeiro de 2001 a abril de 2002. Neste processo de remanejamento, 21 lotes foram retalhados em dois, três ou até quatro parcelas em função de interesses múltiplos de moradores, tais como cessão de um pedaço de terra para um vaqueiro de fazendeiro ou para a instalação de uma escola, correção de limites de lotes para uma gestão mais

adequada ou para melhor acesso à água ou estrada. Do remanejamento desses 21 lotes resultaram 51 parcelas, representando um aumento de 30 *unidades de trabalho*, conforme se passa a chamá-las daqui em diante, elevando o número destas para 283.

Num movimento contrário, houve reagrupamento de lotes e de parcelas por parte de certos detentores. É assim que 126 unidades (114 lotes inteiros e 12 parcelas) são detidas por apenas 43 detentores. Foi tentada uma caracterização desses reagrupamentos, sendo classificados em: concentração empresarial, resultando em verdadeiras fazendas de tamanho médio alto; e agrupamento semi-empresarial, rompendo com os critérios distributivos próprios da reforma agrária nos assentamentos, sem, entretanto, fugir a um tamanho bastante comum entre as posses da colonização. Numa perspectiva diferente, foi estabelecida a categoria de agrupamento familiar que se refere a duas famílias que, por compra, constituíram um patrimônio para seus filhos; este tipo de agrupamento realmente familiar, que se caracteriza pelo fato de os diversos membros da família trabalharem efetivamente nos lotes colocados em seu nome, difere de outro agrupamento familiar fictício no qual os lotes atribuídos artificialmente – às vezes com acordo de funcionários do INCRA – a diversos parentes (cônjuge, filho, genro ou nora) que não moram e não estão trabalhando nestes lotes; e área ampliada de lotes muito pequenos, em termos de assentamento (Tabela 4).

Verifica-se, portanto, uma evidente concentração de terra em mãos de nove maiores fazendeiros (A-I): 4% do total dos detentores de terra concentram 26% da área total. Aparece também a tendência de outros nove (J-R) em ampliar seus patrimônios, independentemente da integração de mais membros da família em um estabelecimento, (Tabelas 5, 6 e 7).



Tabela 4. Tipos de agrupamentos fundiários.

Concentração empresarial				Agrupamentos semi-empresariais				Agrupamentos familiares				Áreas Ampliadas			
Dono	Nº de Lotes	Nº de Parcelas	Área (ha)	Dono	Nº de Lotes	Nº de Parcelas	Área (ha)	Dono	Nº de Lotes	Nº de Parcelas	Área (ha)	Dono	Nº de Lotes	Nº de Parcelas	Área (ha)
A	12	2	615,0677	J	3	0	141,3259	S	7	1	327,3346	1	3	0	140,8258
B	9	2	436,0643	K	2	0	126,0491	T	2	2	141,1949	2	3	0	75,2051
C	7	0	353,1461	L	3	0	97,8041					3	2	1	69,6583
D	9	1	284,8799	M	2	0	87,7035					4	2	0	55,7402
E	6	0	258,8024	N	2	0	87,6155					5	2	0	54,9469
F	6	0	238,6327	O	3	0	77,9454					6	2	0	51,0623
G	5	0	183,8078	P	2	0	73,9179					7	2	0	49,9476
H	3	0	151,7614	Q	2	0	71,5077					8	1	1	44,7164
I	5	0	133,0446	R	2	0	71,0027					9	2	1	42,4249
Total	62	5	2655,2069	Total	21	0	834,8718	Total	9	3	468,5295	Total	22	4	612,7931

Fonte: Pesquisa de Campo: junho 2001 – abril 2002.

INCRA: Relação dos Assentados, 1992.

OBS.: A área total do PA é de 9.890 ha.

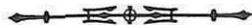


Tabela 5. PA Veneza. Dinâmica do povoamento. 1992 - 2002.

Movimento	Meados 1992	Período 92 - 96	Período 97 - 2001	Período 2001 - 02
População anterior	—	239	263	224
Grupo A	86	—	—	- 23
Grupo B	41	- 41	+ 41	- 21
Grupo C	24	—	- 24	+ 19
Grupo flutuante	88	-88	-97	—
		+153	+41	—
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>263</b>	<b>224</b>	<b>199</b>

Fonte: INCRA: Relação dos Assentados. 1992.

INCRA: I Censo do INCRA. 1996 - 1997.

INCRA: Relação dos Beneficiários. 2001.

Pesquisa de Campo - junho 2001 - abril 2002.

Tabela 6. Assentamento Veneza. São João e São Domingos do Araguaia. Dinâmica do povoamento. 1992 - 2002.

Movimento	Meados 1992	Período 92 - 96	Período 97 - 2001	Período 2001 - 02
População anterior	—	239	263	224
Grupo A	86	—	—	- 23
Grupo B	41	- 41	+ 41	- 21
Grupo C	24	—	- 24	+ 19
Grupo flutuante	88	—	—	—
Saída		-88	-97	—
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>263</b>	<b>224</b>	<b>199</b>

Fonte: INCRA: Relação dos Assentados. 1992.

INCRA: I Censo do INCRA. 1996 - 1997.

INCRA: Relação dos Beneficiários. 2001.

Pesquisa de Campo - junho 2001 - abril 2002.

Tabela 7. Assentamento Veneza. São João e São Domingos do Araguaia. Situação populacional evolutiva do PA: 1992, 1997, 2001 e 2002.

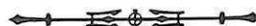
População	Documentos INCRA			Pesquisa de Campo 2001 - 2002			
	1992(a)	1997(b)	2001(c)	População (d)	d/a%	d/b%	d/c%
Conjunto A	86	86	86	63	73	73	73
Conjunto B	41	—	41	20	49	—	49
Conjunto C	24	24	—	19	79	79	—
Subtotal	151	110	127	102	67	92	80
C. Flutuante	88	153	97	97	—	—	—
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>263</b>	<b>224</b>	<b>199</b>	<b>80</b>	<b>73</b>	<b>91</b>

Fonte: INCRA: Relação dos Assentados. 1992.

INCRA: I Censo do INCRA. 1996 - 1997.

INCRA: Relação dos Beneficiários. 2001.

Pesquisa de Campo - junho 2001 - abril 2002.



## QUEM SÃO OS PRESENTES EM 2002

### Quando chegaram no PA

A Tabela 8 reflete parcialmente, a partir de 140 informações, o movimento de entradas no que é hoje o PA, segundo as quatro mais típicas fases de sua história do ponto de vista desta análise: antes da *invasão* dos castanhais, da primeira ocupação até a criação do PA, da criação até o I Censo e do Censo até hoje. Como se pode ver, 72% desses 140 entraram a partir de 1988, ano da constituição do PA.

Tabela 8. Período de chegada das atuais famílias.

Período	Nº de famílias	%
1965 - 1978	3	2.14
1982 - 1987	36	25.72
1988 - 1996	78	55.71
1997 - 2002	23	16.43
Total	140	100

Fonte: Pesquisa de Campo: junho 2001 - abril 2002.

INCRA: I Censo do INCRA, 1996 - 1997.

### Ao cabo de quantas etapas chegaram

Freqüentemente os assentados não chegam a uma ocupação em uma só etapa; o *porto deles alcança-se* ao final de uma longa peregrinação. Como interessava, particularmente, a trajetória das famílias dentro do estado do Pará, é esta informação que foi solicitada. A resposta é cifrada em número de estações realizadas neste estado rumo a uma terra própria, o número 1 indicando como local da primeira estação o próprio PA Veneza. Como pode ser observado, segundo sua informação, 29% dessas famílias vieram diretamente para o Veneza, 45% só fizeram uma parada no Estado antes de chegar ao PA, 10% apenas chegando ao termo de mais de três paradas dentro do estado. Estes dados têm claramente a ver com a localização do PA no município de São João, por onde se faz a entrada rodoviária dos migrantes no estado (Tabelas 9 e 10).

Tabela 9. Numeração das estações das famílias no itinerário paraense rumo ao PA Veneza, 2001.

Nº de Estações	Nº de Famílias	% de Famílias
1ª	37	29
2ª	58	45
3ª	20	16
4ª	7	5
5ª	6	4
11ª	1	1
Total	129	100

Fonte: Pesquisa de Campo: junho 2001 - abril 2002.

### Qual a faixa-etária

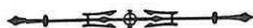
Na Tabelas 9 e 10, como em muitas pirâmides etárias, chamam atenção os extremos: quase 30% de maiores de 55 anos ainda são titulares de lote sem tê-lo transmitido a filhos, e um pouco mais de menores de 30 anos titulares. Estes dados mereceriam um *melhor estudo* através do cruzamento com outras informações, o que neste estudo não foi possível fazer.

Tabela 10. A composição etária dos assentados e cônjuges, 2001 (observe-se que a condição de beneficiário(a) independe do gênero).

Faixa Etária	Total de famílias	Total %	H	M
< 20	4	1.47	3	1
20 - 24	11	4.04	3	8
25 - 29	18	6.62	9	9
30 - 34	22	8.09	11	11
35 - 39	31	11.40	12	19
40 - 44	35	12.86	19	16
45 - 49	29	10.66	11	18
50 - 54	41	15.07	23	18
55 - 59	31	11.40	14	17
60 - 64	22	8.09	15	7
65 - 69	18	6.62	13	5
70 e mais	10	3.68	8	2
Total	272	100	141	131

Fonte: Pesquisa de Campo: junho 2001 - abril 2002.

INCRA: I Censo do INCRA, 1996 - 1997.



A partir dos dados referentes ao período de chegada desse pessoal no PA, notaram-se, na época do trabalho de campo, 17 famílias que ainda entraram no PA nos cinco últimos anos (1998-2002). São agricultores de uma geração mais nova, quase todos abaixo de 45 anos: os homens dessa faixa etária não passam de 38% no total e as mulheres constituem metade do total dos registrados (Tabela 11).

Tabela 11. Faixa etária dos possuintes entrados no Pará nos cinco últimos anos, 2002.

Faixa etária	Nº de novos possuintes
20 – 24	1
25 – 29	3
30 – 35	6
36 – 39	3
40 – 44	2
45 – 49	0
50 – 54	2
Total	17

Fonte: Pesquisa de Campo; junho 2001 – abril 2002.

## COMO EXPLICAR A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO DO PA VENEZA?

A pergunta que se faz sobre a mobilidade dos assentados nos PAs subentende freqüentemente uma cobrança, uma espécie de fiscalização específica que não é comum fazer em relação a outros tipos de mobilidade espacial, profissional ou social. Desconhece-se o fato de que a mobilidade é um fenômeno que faz parte, hoje, do itinerário de muitas vidas. A pergunta é raramente acompanhada de uma outra: qual tipo de mobilidade é esta?

Numa pesquisa realizada pelo autor nos anos 1975-1976, em mais de cinquenta municípios ao longo da rodovia Belém-Brasília (HÉBETTE; ACEVEDO MARIN, 1979), os pesquisadores registraram uma vasta gama de mobilidade dos migrantes durante sua migração, mas esta gama de mudanças de emprego fazia-se dentro de um espaço profissional bem reduzido que incluía uma seqüência recorrente de um número

muito limitado de profissões: vaqueiro, boiá-fria, motorista, pedreiro, carpinteiro, carregador, agricultor autônomo; nada que provocasse estranheza.

No caso dos assentados da reforma agrária, a pergunta tem como pano de fundo a suposição de um compromisso moral incondicional do assentado em relação à sua permanência num lote que lhe teria sido atribuído como por um favor (ele não é chamado *beneficiário*?), acompanhado de obrigatoriedade, independentemente das condições de permanência oferecidas pelo *benfeitor*. Não cabe aqui descrever a precariedade da situação dos assentamentos em termos de isolamento, meios de comunicação e transporte, infra-estruturas materiais e sociais, aliás, bem documentados no I Censo. Nem lembrar os inextrincáveis problemas bem conhecidos em que se envolveram os pequenos agricultores que pegaram, sem a compreensão institucional do processo creditício e sem a necessária cautela correspondente.

Não vale a pena deter-se sobre as interpretações mais ou menos maldosas de que os sem-terra não buscam trabalhar na agricultura; mas sim pegam lotes para revendê-los e pegar outros mais adiante.

Alguns autores têm procurado explicações mais judiciosas e mais científicas, de natureza técnica ou social. Referência será feita apenas a dois estudos realizados no PA Veneza e outros da mesma região.

Reynal *et al.* (1995) ensaiaram uma explicação que passa pelo pressuposto da racionalidade, ao mesmo tempo econômica e técnica, do pequeno agricultor, explicativa do que chamam o seu *itinerário* econômico e técnico.

Contrariamente ao que se poderia esperar, essas partidas das famílias não correspondem geralmente a situações de fracasso, mas a escolhas racionais para dar aos seus estabelecimentos melhores chance de sucesso. Elas se justificam geralmente pela venda do patrimônio fundiário para a realização do capital e aumento do capital produtivo ou pela busca de meios físicos e econômicos mais favoráveis.

Para os autores, a racionalidade também leva em conta a evolução da fertilidade dos solos em cada sistema de produção adotado (associações simultâneas ou sucessivas, em graus diversos, de cultivos temporários e permanentes, implantação de pastagens e pecuária) e o cálculo da produtividade do trabalho familiar em suas diversas etapas.

Roy (2002), por sua vez, faz uma análise econômico-antropológica do processo de diferenciação social no PA Veneza a partir de uma dupla tipologia baseada numa racionalidade ou visão familiar específica a cada tipo, evitando, entretanto, estabelecer uma hierarquia ou qualquer valorização comparativa entre eles. Alair, um *empresário familiar*, é guiado na sua trajetória por um cálculo puramente econômico. Explica Roy: "Administra sua produção, desde o princípio, através do (TCHAYANOFF, 1972 *apud* ROY, 2002, p. 311) 'cálculo da rentabilidade comparada de diversos investimentos'". Associa agropecuária com comércio, mas permanece no seu lote; o filho dele estuda se quiser e encontrará seu caminho por sua própria iniciativa. Mimo, ao contrário, é "um agricultor de auto-reprodução familiar": "é [...sua] maneira de produzir baseada essencialmente na fertilidade natural da terra existente como natureza-floresta e na força física do trabalhador familiar em cooperação" (Ibid., p. 317); ele vende alguns produtos, mas "o resultado de sua venda não retorna à produção: ele é destinado à construção da casa da família, à compra de terras para os filhos e, a mais longo prazo, à segurança da velhice do agricultor" (Ibid., p.317). Abordando, como Reynal, a dimensão técnica do processo, conclui o autor: a prática de Mimo "deverá chegar ao fim da floresta e ao esgotamento das pastagens, tendo como consequência a venda da terra, para recomeçar, mais longe o mesmo processo" (Ibid., p. 316).

A rápida e insuficiente apresentação das duas interpretações da trajetória de dois assentados tem apenas por objetivo documentar a complexidade da compreensão de processos que, infelizmente, é pouco levada em conta pela fileira de agentes encarregados de conceber, planejar e dirigir a bom

termo a questão do acesso e da permanência na terra dos milhões de sem-terra deste país. Neste sentido, para concluir, há de lembrar a necessária contribuição das ciências sociais para a compreensão deste processo e para o tratamento a lhe ser dado.

## REFERÊNCIAS

- ABELÉM, A; HÉBETTE, J. (Orgs.). 1998. Assentamentos da reforma agrária na fronteira amazônica In: SCHMIDT, B. V; MARINHO, D. N; ROSA S.L.C. (Orgs.). **Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: UNB. p. 237-254.
- GONÇALVES *et al.* 1991. Agricultura familiar da região de Marabá: trajetórias de acumulação. In: **Agricultures paysannes et développement**: Caraïbe-Amérique Tropicale. Actes du Séminaire Agriculture familiale et Développement rural en Amazonie Orientale. Pointe-à- Pitre: SACAD. p. 301-350. (Edição bilingüe português/francês).
- HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. 1981. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2. 1980. **Anais...** Águas de São Pedro, SP, v.1, p. 185-241.
- HÉBETTE, J. 2000. O Surgimento do Programa CAT: a luta camponesa pela terra. In: HÉBETTE, J; NAVEGANTES, R. da S. (Orgs.). 2000. **CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA.
- HÉBETTE, J. 1991. A ocupação camponesa de uma área de fronteira e sua dinâmica social: o caso de Pau-seco/Cametau. In: **Agricultures paysannes et développement**: Caraïbe-Amérique Tropicale. Actes du Séminaire Agriculture familiale et Développement rural en Amazonie Orientale. Pointe-à- Pitre: SACAD. p. 301-350. (Edição bilingüe português/francês).
- REYNAL, V. de *et al.* 1995. **Agricultures familiales et développement en front pionnier amazonien**. Paris: GRET; Belém: LASAT/CAT; Pointe-à-Pitre: DAC/UAG. Edition bilingue français/portuguais.
- ROY, G. 2002. A agricultura familiar nas frentes de colonização da Transamazônica. In: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S.B.; MANESCHY, M. C. (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa. p. 293-327.
- SCHMIDT, B. V; MARINHO, D. N.; ROSA, S. L. C. (Orgs.). **Os Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: UNB.
- SOUZA, E. 1991. Relatório de pesquisa na Consulta. [S.l.:s.n.]. Mimeografado.

Recebido: 23/09/2003

Aprovado: 12/07/2004

